

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2

Atena
Editora
Ano 2020

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G345 Geografia [recurso eletrônico] : desenvolvimento científico e tecnológico 2 / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-999-8

DOI 10.22533/at.ed.998201102

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.

CDD 910.03

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de sete capítulos a partir de análises, ensaios, relatos profissionais e pesquisas de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de instituições da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Goiás.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia, Geociências, Ciências Ambientais Engenharia Ambiental, entre outras áreas afins para debater a função social e territorial da ciência geográfica e o avanço científico e tecnológico no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a democracia.

A Coletânea inicia-se com o capítulo: “A atividade comercial em Feira de Santana (BA) e as repercussões do comércio de rua” de autoria de Alessandra Oliveira Teles da Universidade Estadual de Feira de Santana, cujo objetivo é relacionar a apropriação do espaço público com a atuação do comércio informal existente em Feira e Santana – Bahia.

O Capítulo 2 “Acessibilidade urbana em parte da cidade de Senhor do Bonfim – BA: um olhar da Geografia a partir da condição dos velhos da cidade” dos pesquisadores Jessica Auanne Farias Silva e Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega da Universidade Federal do Vale do São Francisco tem como finalidade analisar a acessibilidade urbana em partes da cidade de Senhor do Bonfim – BA em associação com o processo de envelhecimento humano, bem como os elementos urbanos e demais diretrizes advindas da OMS.

Na sequência os capítulos 3, 4 e 5 trazem uma abordagem pertinente à atuação profissional e demais pesquisas e estratégias para prevenção e atuação em desastres naturais. Assim, o Capítulo 3 intitulado “Localização do Batalhão de Ajuda Humanitária do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em desastres naturais” de autoria de André Felipe Nunes Da Silva do Centro de Ensino Bombeiro Militar de Florianópolis, apresenta-se a criação do Batalhão de Ajuda Humanitária (BAjH) que atua no território catarinense a partir do conceito de Logística Humanitária e o papel das Centrais de Distribuição para a Assistência Humanitária.

No capítulo 4 – “Parcerias para a construção de cidades resilientes a desastres no estado do Paraná integrando setor público, academia e UNISDR” os autores Eduardo Gomes Pinheiro, Larissa Maria da Silva Ferentz, Murilo Noli da Fonseca e Fernanda Enko dos Santos Batista vinculados ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná apresentam os procedimentos desenvolvidos e os resultados alcançados no apoio dos municípios paranaenses quanto à construção de cidades mais resilientes,

cuja metodologia baseia-se em cinco etapas e envolveu a participação de 321 municípios.

Já no capítulo 5 – “Sistema de alarme por sirenes para deslizamentos de encostas: Relato de experiência inovadora na cidade do Rio de Janeiro” de Alexander de Araújo Lima, Ivana Soares de Aguiar, Marcelo Abranches Abelheira e Orlando Sodré Gomes oriundos das instituições: Centro Universitário Unicarioca, Centro Universitário Celso Lisboa e Defesa Civil Municipal do Rio de Janeiro, abordam a instalação de um Sistema de Alarme por Sirenes em comunidades da cidade do Rio de Janeiro, visando reduzir ou mesmo evitar a perda de vidas humanas decorrentes de deslizamentos de encostas causados pelas chuvas fortes e/ou prolongadas, cuja criação ocorreu em 2011. Dessa maneira, os autores relatam a experiência das “sirenes cariocas” que pode ser estendido para outras áreas do país.

Por fim, os capítulos 6 e 7 apresentam uma abordagem sobre o Ensino de Geografia e suas múltiplas aplicações da sala de aula ao desenvolvimento regional. Assim, o capítulo 6 – “O uso de metodologias ativas no ensino de Geografia na Educação Básica” dos pesquisadores Elciane Arantes Peixoto Lunarti e Cinthia Maria Felício do Instituto Federal Goiano apresentam uma breve imersão sobre as construções teóricas que fundamentam a pesquisa sobre a utilização de metodologias ativas no Ensino de Geografia no âmbito da Educação Básica.

No Capítulo 7 – “A Unimontes no Norte de Minas Gerais: uma leitura a partir da formação de professores de Geografia em Pirapora” os autores Angélica Natali Pereira Afonso e Gustavo Henrique Cepolini Ferreira vinculados à Universidade Estadual de Montes Claros apresentam algumas considerações sobre a origem da Unimontes, lançando um olhar sobre a formação de professores de Geografia no Campus Pirapora-MG, bem como sobre os desafios dessa trajetória, tendo como plano de fundo a tríade: desenvolvimento regional, Educação Superior Pública e o Ensino de Geografia.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia e a função social e territorial do desenvolvimento científico e tecnológico.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA(BA) E AS REPERCUSSÕES DO COMÉRCIO DE RUA	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.9982011021	
CAPÍTULO 2	20
ACESSIBILIDADE URBANA EM PARTE DA CIDADE DE SENHOR DO BONFIM – BA: UM OLHAR DA GEOGRAFIA A PARTIR DA CONDIÇÃO DOS VELHOS DA CIDADE	
Jessica Auanne Farias Silva	
Pedro Ricardo Da Cunha Nóbrega	
DOI 10.22533/at.ed.9982011022	
CAPÍTULO 3	34
LOCALIZAÇÃO DO BATALHÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA EM DESASTRES NATURAIS	
André Felipe Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9982011023	
CAPÍTULO 4	47
PARCERIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES A DESASTRES NO ESTADO DO PARANÁ INTEGRANDO SETOR PÚBLICO, ACADEMIA E UNISDR	
Eduardo Gomes Pinheiro	
Larissa Maria da Silva Ferentz	
Murilo Noli da Fonseca	
Fernanda Enko dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.9982011024	
CAPÍTULO 5	54
SISTEMA DE ALARME POR SIRENES PARA DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA INOVADORA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Alexander de Araújo Lima	
Orlando Sodré Gomes	
Ivana Soares de Aguiar	
Marcelo Abranches Abelheira	
DOI 10.22533/at.ed.9982011025	
CAPÍTULO 6	71
O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elciane Arantes Peixoto Lunarti	
Cinthia Maria Felicio	
DOI 10.22533/at.ed.9982011026	
CAPÍTULO 7	83
A UNIMONTES NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA LEITURA A PARTIR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM PIRAPORA	
Angélica Natali Pereira Afonso	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9982011027	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	99
ÍNDICE REMISSIVO	100

A UNIMONTES NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA LEITURA A PARTIR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM PIRAPORA

Data de aceite: 06/02/2020

Angélica Natali Pereira Afonso

Graduada em Geografia - Unimontes
nattyangel25@gmail.com

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Professor do Departamento de Geociências e
PPGEO - Unimontes
gustavo.cepolini@unimontes.br

RESUMO: Este ensaio está estruturado em forma de uma breve historiografia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, lançando um olhar sobre a formação de professores de Geografia no Campus Pirapora, bem como sobre os desafios dessa trajetória, tendo como plano de fundo a tríade: desenvolvimento regional, Educação Superior Pública e o Ensino de Geografia. Trata-se, portanto, de uma revisão de literatura que dialoga com a prática docente, ou seja, com elementos de uma pesquisa indicando simultaneamente, o papel da formação de professores e a indissociabilidade com a Educação Básica e, por conseguinte com indicadores qualitativos para o desenvolvimento

regional.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Pública. Desenvolvimento Regional. Ensino de Geografia.

UNIMONTES IN THE NORTH OF MINAS GERAIS: FROM A READING OF GEOGRAPHY TEACHERS FORMATION IN PIRAPORA

ABSTRACT: This essay is based as a brief historiography of the State University of Montes Claros - Unimontes, throws a look at the formation of Geography teachers at the Campus Pirapora, as well as the challenges of this trajectory, having as background the triad: development education, Public Higher Education and Geography Teaching. It is, therefore, a literature review in dialogue with teaching practice, i.e., with elements of an action research that indicates simultaneously the role of teacher training and the inseparability with Basic Education and, therefore, with qualitative indicators for regional development.

KEYWORDS: Public University. Regional development. Geography teaching.

A UNIMONTES E SUA RELAÇÃO COM O NORTE DE MINAS GERAIS

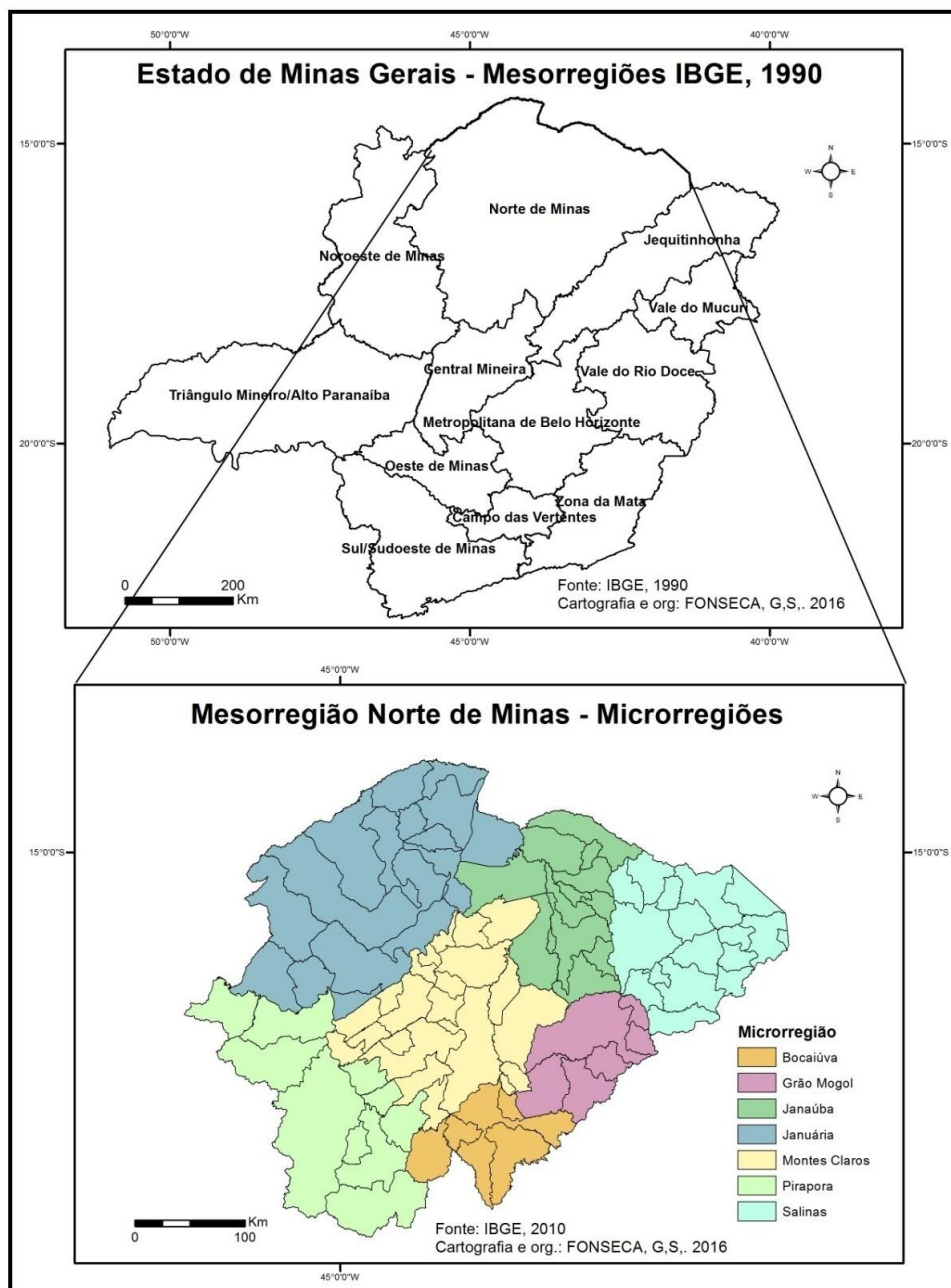
Em 1960, quando se iniciam os incentivos

da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), a região norte mineira, que até então era caracterizada pela pobreza, passa por um rápido desenvolvimento, com avanços significativos em vários setores.

No setor de educação, podemos destacar os primeiros passos do ensino superior na cidade de Montes Claros. Mesmo nessa época, já era possível observar seu papel como um centro polarizador, principalmente com o nascimento da Unimontes, que anteriormente atendia pelo nome de FUMN (Fundação universidade Norte-Mineira). A Unimontes tem um papel importante no progresso da região, uma vez que seus cursos ofereciam profissionais qualificados para o crescente mercado de trabalho. Assim, se faz necessária, a abordagem sobre o cenário Norte Mineiro, quando seu deu a instalação da Unimontes.

A REGIÃO NORTE MINEIRA

O norte de Minas é uma mesorregião de Minas Gerais, composta por sete microrregiões, sendo elas: Januária; Janaúba; Salinas; Pirapora; Montes Claros; Grão Mogol e Bocaiúva, e dentro delas estão compreendidos 89 municípios. Estes municípios juntos somam uma população total de cerca de 1.610.587 habitantes em uma área de 128.602 km² (IBGE, 2010). O mapa a seguir mostra a mesorregião Norte de Minas e suas sete microrregiões.



Mapa 1: Mesorregiões Minas Gerais

Fonte: (FONSECA, 2015, p. 25)

Pode-se observar através do mapa, que a mesorregião¹ Norte Mineira se encontra no extremo norte do Estado de Minas Gerais, fazendo divisa com a região Sul do Nordeste Brasileiro. Por isso, essa mesorregião abriga várias características físicas, socioeconômicas e culturais, semelhantes à região Nordeste.

¹ Em 2017 o IBGE divulgou uma nova divisão territorial, Regiões Geográficas Intermediárias e as Regiões Geográficas Imediatas, buscando atualizar as informações das cidades, como fluxos de bens, serviços e pessoas. Por Regiões Geográficas Intermediárias entende-se as regiões entre as unidades de federação e as Regiões Geográficas Imediatas, sendo essas classificadas como as que têm sua principal referência na rede urbana, ou seja, são as regiões estruturadas aos centros urbanos, que atendem às necessidades imediatas da população, como bens de consumo, serviços de infraestrutura, entre outros. Anterior a este ano a divisão regional tinha a classificação de Mesorregiões e Microrregiões geográficas, o trabalho compreende o período de 1996 a 2015, portanto então dentro desta classificação.

A região Norte de Minas pode ser vista tanto como um grande potencial econômico, como um símbolo de pobreza. Para muitos autores este contraste existe especialmente pela sua grande semelhança com o Nordeste, conforme descreve Pereira (2007, p. 95):

[...] não podemos deixar de dar razão a essa visão dualista da região, através da qual identificamos, concomitantemente, muita pobreza e nichos de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade.

Uma mesorregião que era, por muitas vezes, classificada como região de seca e pobreza, onde se via que muitos municípios não conseguiam se autossustentar. Desta forma, dependiam da ajuda do Estado e de recursos advindos da União para sobreviver, fazendo com que houvesse um distanciamento da região com o Sudeste do Brasil, se assemelhando, assim, ao Nordeste.

Por este motivo, a partir da década de 1960, a mesorregião Norte de Minas passa a ser vista como “região da seca” pela Sudene. Assim que se iniciam as intervenções da Sudene, a região passa, então, a receber definitivamente os recursos da mesma, que foram destinados a modernização do campo e da indústria.

No Norte de Minas destacam-se alguns municípios com maior notoriedade econômica e social, tais como: Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma e Bocaiúva. Sobre Montes Claros, Pereira (2007) ainda destaca que os mais abastados da região se incomodavam com o fato de o município de Montes Claros receber muitos imigrantes nordestinos, de passagem para São Paulo nos anos de 1930 a 1959, já que não queriam que a cidade tivesse ligação com os imigrantes nordestinos, que fugiam da seca e pobreza. Pensamento esse que mudou com os incentivos da Sudene.

Assim sendo, dos principais municípios agraciados com os recursos financeiros recebidos, o município de Montes Claros foi o que mais se desenvolveu, e hoje se classifica como a única cidade média do Norte de Minas Gerais. Como importante ponto de fluxo de bens, o município de Montes Claros destaca-se como polo de atração regional, pela oferta de serviços de comércio, saúde, e ensino superior. Dentro do contexto de ensino superior, a Unimontes prova sua relevância e, é de suma importância a incorporação neste trabalho, da história dessa importante instituição.

O DESENVOLVIMENTO DA FUNM EM MONTES CLAROS.

Como apresentado anteriormente, o Norte de Minas é uma região de grande desigualdade socioeconômica. Segundo Lopes e Gusmão (2012, p.4)

Juntamente com as mesorregiões dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, o Norte de Minas é classificado como a região que apresenta os piores indicadores sociais e econômicos. Estas regiões apresentaram tanto em 1991 quanto em 2000 maiores proporções de pobres e extremamente pobres do estado, e também está entre as três mesorregiões com piores índices de desigualdade de renda do estado.

A Mesorregião Norte de Minas apresentava níveis de pobreza altos em relação às outras regiões de Minas Gerais. O contexto da época nesta região era de altos níveis de analfabetismo, baixíssimos índices de industrialização e urbanização, de renda *per capita*, e de jovens egressos do ensino superior, faltava mão de obra qualificada, e os jovens que ali viviam não tinham condições de continuar seus estudos, pois para isto teriam que migrar para cidades mais desenvolvidas que possuíam educação superior, como Belo Horizonte (JARDIM et al., 2002). Porém, com o custo de vida alto dessas outras cidades, estes jovens ficavam sem opção, e só os mais abastados conseguiam continuar sua formação, em sua maioria, em outras regiões do estado.

Sendo uma região com tantos problemas sociais, era necessário a oferta de ensino superior no Norte de Minas. Neste sentido, “Montes Claros como centro polarizador, não podia prescindir do ensino superior, em que uma inter-relação de saberes tivesse como objetivo minimizar os problemas que serviam de empecilho ao seu progresso” (JARDIM et al., 2002, p.19).

Assim, com o apoio de autoridades locais, no dia 24 de outubro de 1962, por meio do projeto de Lei 2.615, do deputado Cícero Dumont, sancionado pelo Governador Magalhães Pinto, concebeu-se a Universidade Norte de Minas e a criação da FUNM, com intuito de manter a Universidade Norte Mineira.

A Universidade instalou-se em Montes Claros em julho daquele mesmo ano, porém, somente dois anos após ter sido concebida, a Universidade Norte Mineira finalmente foi ativada, sob o nome de FUNM.

A FUNM operou por 27 anos em Montes Claros, sob quatro administrações. Primeiramente pelo Prof. João Valle Maurício (1964-1978), nomeado pelo Governador Aurélio Chaves. João Valle Maurício foi responsável por institucionalizar a FUNM, cuidando de toda documentação fundamental para sua legalização e aquisição de imóveis para seu funcionamento.

Nesta administração, ocorreu a união das faculdades, FAFIL (Faculdade de Filosofia do Norte de Minas), FADIR (Faculdade de Direito do Norte de Minas) e FAMED (Faculdade de Medicina do Norte de Minas), que mesmo sendo de responsabilidade da FUNM, funcionavam de forma separada e que agora uniriam sua administração a reitoria recém estabelecida da FUNM.

Ainda sob a administração de João Valle Maurício, a FUNM realizou um de seus maiores feitos, a aquisição de um terreno e um prédio para a construção do Campus Universitário. Com isso, o Governador Aurélio Chaves prometeu disponibilizar cerca de 32 milhões de cruzeiros² para a construção do campus; para Concretizar isso, a FUNM deveria apresentar ao MEC (Ministério da Educação) e à Caixa Econômica Federal um projeto do campus, dentro de um prazo determinado. Porém, mesmo o

² No período da ditadura militar, para que pudesse ocorrer a eleição, os nomes dos indicados de cada chapa concorrente tinha que passar pelo Delegado Especial de Polícia de Montes Claros, para que esse verificasse as informações de cada candidato para saber se algo impedia sua candidatura.

projeto sendo apresentado dentro do tempo pedido, não foi dado sequência a ele, devido a mudanças na política da época.

A FUNM sempre enfrentou dificuldades para se manter, e na época, os alunos pagavam uma mensalidade pelo curso no qual estavam matriculados, e mesmo não sendo uma quantia exorbitante, muitos alunos encontravam-se em situação de inadimplência, motivada principalmente pela instabilidade constante da região, fazendo com que a FUNM tivesse que buscar apoio para seu pleno funcionamento, o que na maioria das vezes era insuficiente.

A maior parte das despesas da Fundação, inclusive os salários dos professores, era paga com as anuidades dos alunos que, muitas vezes, viam-se ameaçados de interromper seus estudos por inadimplência com a instituição. Essa situação sempre gerava grandes impasses e inquietações: de um lado, professores com salários defasados; do outro, alunos carentes sem condições de pagar aumentos de anuidades. Até 1977, os professores da FUNM recebiam apenas pelas aulas ministradas e sem os benefícios obrigatórios previstos na legislação trabalhista. (JARDIM et al., 2002, p. 27)

A direção do Prof. João Valle Maurício, foi marcada por muitas lutas e triunfos, que deram o pontapé inicial para os próximos administradores.

A segunda administração da FUNM, e a mais breve, foi do Prof. Raimundo Poincaré Deusdará (1978-1980) que assumiu o cargo, até que em 1980 o Prof. Raimundo Avelar, como novo administrador, começou a luta por novas captações de renda, já que as mensalidades pagas pelos alunos não eram suficientes para manter a FUNM funcionando.

Avelar então foi “[...] a Brasília e entrega a Secretaria de Ensino Superior do MEC um pedido de auxílio financeiro para suprir as necessidades daquele ano. O MEC liberou no mês de maio de 1980 a quantia de oito milhões de cruzeiros” (JARDIM et al., 2002, p. 31), e esse seria apenas o começo de grandes conquistas para a FUNM.

A FUNM, no período de 1980 a 1988, avançou bastante na melhoria da qualidade do ensino e de sua estrutura física: construiu o prédio da FADEC; reformou o laboratório da FAMED; incentivou a qualificação de professores através de convênios com a CAPES; incentivou sua luta pela federalização ou estadualização; equiparou o salário dos professores com o mínimo exigido por lei; criou o Programa de Assistência Pedagógica às escolas rurais desenvolvido por professores da FAFIL, que recebeu elogios do MEC; iniciou os estudos com visitas à construção do Prédio da FAFIL, criou a FACEART que viabilizou a transformação da Fundação em Universidade, entre tantas outras. (JARDIM et al., 2002, p. 27)

O quarto administrador da FUNM – desta vez, eleito por eleições diretas para escolha de lista sêxtupla – e enfim, responsável pela estadualização da Universidade, foi o Prof. José Geraldo de Freitas Drumond (1988-2002). Logo em seus primeiros anos como Diretor-Geral da FUNM, Freitas teve várias conquistas, como por exemplo, a construção do novo prédio da FAFIL, agora situado no campus da Universidade.

Houve duas tentativas de federalizar FUNM. Da primeira vez, ainda sob a

administração o Prof. Raimundo Avelar, pelo projeto de Lei nº 3544 B, apresentado em Brasília, que, no entanto, foi vetado. A segunda tentativa foi por iniciativa do Deputado Federal Humberto Souto, que em um discurso em Brasília em setembro de 1986, mostrou a importância de se federalizar a FUNM, já que ela era de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico da região. Entretanto, precisava da colaboração do governo para continuar o seu importante trabalho, e melhorar ainda mais o ensino oferecido na região. Contudo, todo este empenho não obteve a aprovação do governo, fazendo com que assim, seus esforços se voltassem para a estadualização da FUNM.

A primeira tentativa de estadualização da FUNM, ocorreu após o fracasso da primeira tentativa de federalização. Para tal, “em 29 de julho de 1984, o então Diretor-Geral da FUNM – Raimundo Rodrigues Avelar, encaminhou ao Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, um documento chamado “S.O.S-FUNM” (JARDIM et al., 2002, p.37), com o intuito de apresentar um estudo detalhado do quadro do ensino superior no Brasil, em Minas Gerais e no Norte de Minas, destacando a importância da FUNM para região Norte de Minas. Porém, devido à situação política da época nada aconteceu. Em 1986, houve uma nova tentativa, contudo, mais uma vez sem sucesso.

Enfim, o processo de estadualização da FUNM começou no ano de 1989, com a Constituição Mineira, que permitiu a mudança da FUNM para autarquia, conhecida como Universidade Estadual de Montes Claros.

A recém-criada autarquia, com ajuda da Emenda PR2012 – 5, marcou o início da estadualização, e em 21 de setembro de 1989 essa emenda foi apresentada à Constituição Mineira; iniciando a partir daí, a transformação da FUNM em autarquia estadual. Muito embora o estado passasse a ser responsável pela autarquia, não houve grandes mudanças, já que esta ainda teria que arcar com todas as despesas.

Diante da ratificação da autarquia estadual, houve uma mobilização da sociedade e do poder público do Norte de Minas para a execução oficial da criação da Universidade, no dia 9 de março de 1990, através do Decreto de Lei n.º 30.971, a FUNM foi transformada na Autarquia Unimontes.

Todas as mudanças ocorridas, ainda não apresentavam um impacto significativo na situação financeira da Unimontes, que ainda teve que manter as mensalidades de seus alunos para cobrir suas despesas. Porém, com o passar do tempo e o aumento das verbas do governo, as mensalidades dos alunos eram reduzidas, até sua suspensão total em agosto de 1994. A Unimontes só se estabeleceu financeiramente, oferecendo ensino superior totalmente gratuito em 2000.

De acordo com JARDIM *et. al.* 2002, no mesmo ano, foi enviado ao CEE (Conselho Estadual de Educação) o projeto do estatuto da Unimontes, que foi aprovado em agosto de 1990, através do Parecer n.º 556/90, conseguindo assim, a aprovação da Universidade. Entretanto, não bastava ser reconhecida apenas na esfera estadual, a Universidade ainda precisava do reconhecimento do CFE (Conselho Federal de Ensino) e pelo MEC. Assim, de acordo com Jardim *et. al.* (2002), o processo de

aprovação da Unimontes foi enviado ao CFE em 1992, e transferido para o CEE em janeiro de 1994, já que este era investido de poder para reconhecer universidades.

A UNIMONTES foi a primeira universidade a ser reconhecida por este Conselho, obedecendo os termos da Lei Federal n.º 5.540/68, em 12 de abril de 1994, pelo Parecer n.º 232/94, [...] o Ministro da Educação, Murílio Hingel, não encontrou impedimentos que justificassem a continuidade do processo e reconheceu a UNIMONTES em 21 de julho de 1994, através da Portaria n.º 1.116. (JARDIM *et al.*, 2002, p.27).

Devido ao seu reconhecimento, e pela Lei sancionada em 13 de julho de 1994 pelo Governador Hélio Garcia, a autarquia UNIMONTES pôde reorganizar sua estrutura. Assim, as então faculdades FAFIL, FADEC, FAMED, FADIR e FACEART foram reagrupadas por áreas de conhecimento. Agora então seriam: CCH (Centro de Ciências Humanas); CCBS (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde); CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas); CCET (Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas); CEMF (Centro de Ensino Médio e Fundamental).

FAFIL – FACULDADE DE FILOSOFIA DO NORTE DE MINAS

Foi com o objetivo de criar um ensino superior de qualidade, a fim de incentivar os habitantes do Norte de Minas a continuar seus estudos, que em 1961 a ideia de uma Faculdade de Filosofia em Montes Claros, começa a criar forma, idealizada por um grupo de estudantes da área de humanas em Belo Horizonte, que após se organizarem sob a liderança das professoras Isabel Rebello de Paula e Maria Dalva Dias, começaram a promover encontros e palestras, mostrando a necessidade de professores formados na região e realizando entrevistas com encarregados na área da educação.

Deste modo, no ano seguinte à criação da FUNM, em 1963, Maia; Cordeiro (2002, p. 52) na casa do Dr. Luiz de Paula Ferreira – presidente da FELP (Fundação Educacional Luiz de Paula), “[...] pessoas ligadas ao projeto original, desta vez, para efetivar a fundação da Faculdade, numa assembleia presidida pela Professora Heloisa Veloso dos Anjos Sarmiento⁵” sendo assim, a recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas, foi criada pela FELP e mantida por esta, com o objetivo de ajudar na reorganização de cursos secundários, para tentar impedir a saída dos jovens estudantes do Norte de Minas, que por sua vez ofertava um ensino insatisfatório e carente de bons profissionais aptos para o trabalho educacional.

Fundada a Faculdade foram tomadas as primeiras providências para institucionalizá-la. Em 19 de setembro a FELP encaminhou expediente à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, comunicando a criação da Faculdade. Na mesma data nomeou uma Comissão de Documentação da Entidade Mantenedora formada pelo Dr. Luiz de Paula Ferreira, membro do Conselho Curador e Conselho Diretor da FELP. (MAIA; CORDEIRO, 2002 p. 55-56).

No final do ano de 1963, a FAFIL teve seu primeiro regimento interno e documentação aprovados em assembleia na Câmara de Ensino Superior do CFE, o que viabilizou a criação de seus primeiros cursos de Letras/francês, Geografia, História e Pedagogia, que iniciariam suas atividades em 1964. E ao início de 1964 o Dr. Luiz de Paula, presidente da FELP, delegou um grupo de professores para que em Brasília, desta vez, entregassem os documentos referentes à instalação da Faculdade para o Ministro da Educação e Cultura, documentos esses que iriam também passar pela Câmara de Ensino Superior do CFE. Na época, o Prof. Darcy Ribeiro³ na direção da Casa Civil da Presidência da República, ajudou no processo de aprovação, e assim, em fevereiro de 1964, aconteceu a primeira visita de verificação da FAFIL pelo CFE.

No intuito de se criar um vínculo universitário na região, primeiro foi necessário a criação de um cursinho preparatório para primeiro vestibular da FAFIL, para que este pudesse suprir a carência do ensino regular da época, quando grande parte dos alunos não conseguiam passar no vestibular. Assim, o primeiro vestibular da FAFIL “constou de provas de Português e uma língua estrangeira para os cursos de Geografia, História e Pedagogia, sendo uma redação em Português sobre assunto em cada área e uma tradução, em língua escolhida pelo candidato [...]”. (MAIA; CORDEIRO, 2002, p. 58-59).

Após o vestibular, os professores resolveram organizar um Diretório Acadêmico, para envolver ainda mais os alunos nas questões da faculdade. Duas chapas foram apresentadas à Diretoria da Faculdade, e assim que o nome dos integrantes de cada chapa passou pelo Delegado Especial de Polícia de Monte Claros³, ocorreram as eleições do Diretório Acadêmico, em 27 de julho de 1964, onde a chapa de José Eustáquio Machado Coelho venceu as eleições.

Como suas primeiras medidas, o primeiro Diretório Acadêmico da FAFIL organizou uma campanha para conseguir livros, para poderem montar uma biblioteca por meio de doações e rifas, criaram sua própria carteirinha de estudante, para que tivessem direito a meia-entrada em cinemas da região e organizaram centros de estudos, para aprimorar os conhecimentos.

Porém, uma biblioteca que oferecesse apoio aos estudantes e pesquisadores era imprescindível, e uma das maiores preocupações da Direção e dos fundadores da FAFIL. A fim de atingir o objetivo de obter um acervo de livros suficientes para suprir tal demanda, buscaram apoio do Prof. Darcy Ribeiro em Brasília. Este se engajou em conseguir um bom acervo bibliográfico para os cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia. Contudo, devido ao Golpe Militar sofrido na época, os livros destinados a enriquecer o acervo da FAFIL nunca vieram a chegar, e o Prof. Darcy Ribeiro, visto

3 No período da ditadura militar, para que pudesse ocorrer a eleição, os nomes dos indicados de cada chapa concorrente tinha que passar pelo Delegado Especial de Polícia de Montes Claros, para que esse verificasse as informações de cada candidato para saber se algo impedia sua candidatura.

4 A FAFIL era chamada de a “faculdade das meninas” devido as suas fundadoras e primeiras mestras serem mulheres, e por seus alunos, em sua maioria, serem mais idosos que elas.

como um rebelde revolucionário pelos militares, foi exilado.

Depois de dois anos sendo administrada pela FELP, a FAFIL é finalmente transferida para a FUNM. Assim, a então “faculdade das meninas”⁴ – como era conhecida a FAFIL – foi incorporada e passou a ser administrada pela FUNM em 1965.

A FAFIL funcionava em algumas salas cedidas pelas freiras no Colégio Imaculada Conceição. Em agosto de 1964, o CFE negou a autorização para o funcionamento da FAFIL por meio do Parecer n.º 128/64, argumentando que as condições econômicas e financeiras da faculdade eram insuficientes para seu perfeito funcionamento. Alegou ainda que a faculdade deveria ter um prédio próprio para o funcionamento de seus trabalhos, e assim que fossem ajustados os problemas, voltariam a ser reavaliados. Assim, em dezembro de 1966, esta é transferida para o Casarão da rua Cel. Celestino, n.º 75, foi doado pela FUNM.

Já em 1967, a FAFIL finalmente consegue sua autorização de funcionamento, com o novo Parecer n.º 196/67 do CEE. E sobre os cursos da FAFIL de:

[...] Pedagogia, Letras, História e Geografia, iniciados em 1964, foram reconhecidos pelo Parecer 838/70, do Conselho Federal Educacional. Finalmente, depois de muitos esforços, no dia 13 de janeiro de 1971 o Presidente Emílio Garrastazu Medici assinou Decreto federal nº 17/72 que reconheceu a FAFIL com base em Resolução do CFE, homologando os seus cursos. (MAIA; CORDEIRO, 2002, p. 58).

A FAFIL iniciou suas aulas em treze de abril de 1964, e posteriormente – já sob a administração da FUNM – em três de maio de 1968, as primeiras turmas formadas colaram grau, turmas essas bem menores, se comparadas ao número de ingressantes do início dos cursos, podendo-se atribuir a evasão dos alunos às dificuldades apresentadas nas aulas, devido a rigidez dos professores. Porém, tal fato não minimiza sua importância e influência na transformação do quadro educacional do Norte de Minas na época, quando muitos dos alunos formados tornaram-se professores da FAFIL, aumentando seu corpo docente e diversificando suas áreas.

À medida que a FAFIL se desenvolvia, novos cursos foram sendo criados, como os de Ciências Sociais e Filosofia, principalmente para atender os seminaristas, que precisavam estudar a matéria em questão, sendo esta, um dos requisitos para se formarem em Teologia e Matemática, aprovados assim pelo Parecer 45/68 do CEE, para atender a demanda da região. Maia e Cordeiro (2002) afirmam que em 1975 os cursos criados pelo Parecer 45/68, são aprovados pelo Parecer 2.705/74 pelo CEE e Decreto Federal n.º 75.650/74.

O último curso da FAFIL foi criado em 1972, o de Ciências, Literatura de 1º grau, com recursos da SUDENE/USAID. Sabendo da possibilidade de apoio financeiro por parte desse órgão, visando a princípio a ampliação da biblioteca, um grupo de professores da FUNM foi a Recife, o que resultou no convênio para criação do curso. [...] esse convênio garantiu laboratórios e recursos para manter o curso [...] O curso foi autorizado pelo Parecer 17/72 do CFE e reconhecido em 1978, pelo Decreto Federal de n.º 82.371/78, foi feita a conversão dos Cursos de Ciências

de 1º. Grau e Matemática em curso de Ciências, com habilitação em Matemática. Somente em 1986, através dos Decretos Federais n.º 93.642 e 93.643 foi criada a habilitação em Biologia para os alunos do curso de Ciências, juntamente com as habilitações de Português/Inglês e a plenificação das habilidades de Supervisão e Inspeção Escolar, do curso de Pedagogia começando a funcionar em 1987. (MAIA; CORDEIRO, 2002, p. 65-6).

Para melhorar a qualidade de ensino dos profissionais ali formados, a FAFIL, em parceria com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), estabelece um programa de bolsas para pós-graduação, capacitando assim seus profissionais, para que estes despertassem interesse pela pesquisa e docência.

A FAFIL era administrada por quatro órgãos gerais determinantes, sendo eles: “a Congregação – órgão máximo de decisão –, o Conselho Departamental, os Departamentos e a Diretoria” (MAIA; CORDEIRO, 2002, p. 66). Os sete Departamentos constituíam-se de órgãos de menor poder deliberativo, sendo eles: Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Metafísicas, Educação, Geociências e Letras. Porém, no ano de 1987, esses Departamentos deixam de se organizar por disciplinas, para desta vez se agruparem por curso. Deste modo, “os Departamentos de Ciências Humanas e de Metafísica foram extintos e, em seu lugar, criados os Departamentos de História, Ciências Sociais e Filosofia. Os Departamentos de Ciências Exatas e Ciências Biológicas foram agrupados.” (MAIA; CORDEIRO, 2002, p. 67-68). Ainda no mesmo período, criou-se o Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais.

Em 1984 a FAFIL começou seu processo de transferência para o local onde seria o campus da Unimontes, começando suas obras em 1989, com recursos angariados pelo Deputado Humberto Souto do orçamento da União. Assim, o novo prédio da FAFIL ficou pronto em 1992, quando a faculdade pôde finalmente terminar seu processo de transferência para o campus, onde já se encontravam instaladas e em funcionamento a FADEC, a FADIR e a FAMED.

Assim, os quatro órgãos deliberativos administraram a FAFIL até 1994, quando ficaram obsoletos, devido à nova organização da agora chamada UNIMONTES.

Nestes vinte e cinco anos da FAFIL, ora abordados, percebeu-se que ela foi autora de grandes transformações culturais e, principalmente, educacionais da região. [...] A FAFIL, primeira unidade de ensino superior do Norte de Minas, além de interferir definitivamente no quadro educacional da região, passou, [...] de semente a mola propulsora, estimulando a criação de novas unidades. (MAIA; CORDEIRO, 2002, p. 71).

Durante os anos de funcionamento da FUNM e Unimontes, houve um grande desenvolvimento dentro da instituição. Desse desenvolvimento podemos destacar a expansão da universidade, com vários polos em outros municípios das mesorregiões Jequitinhonha, Mucuri e Noroeste de Minas, e hoje possui campus em Almenara, Brasília de Minas, Bocaiuva, Espinosa, Janaúba, Januária, Paracatu, Unaí, Pirapora,

Salinas, São Francisco, Várzea da Palma, Joáima (núcleo), entre outros vinculados ao Centro de Educação a Distância.

O CCH E O CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

O CCH - Centro de Ciências Humanas - é o Centro responsável pela administração dos cursos de: Artes - Habilitação em Música, Artes - Habilitação em Teatro, Artes Visuais, Ciências da Religião, Filosofia, Geografia⁵, História, Letras - Habilitação em Espanhol, Letras - Habilitação em Inglês, Letras - Habilitação em Português e Pedagogia.

A Unimontes possui em 2018 o curso de Licenciatura em Geografia, situado em quatro municípios, sendo eles Itamarandiba (Vale do Jequitinhonha), Janaúba, Montes Claros e Pirapora (Norte de Minas); sendo que em Itamarandiba e Janaúba os cursos são no formato EAD – Ensino a Distância e em Montes Claros e Pirapora são presenciais.

O curso de Geografia foi aprovado pelo Parecer da CEE 196/67 do dia 23 junho de 1967 e Parecer CEE 304/67 de 15 de dezembro de 1967, sendo assim começou a ser ministrado em Montes Claros. Porém na década de 1990, a Unimontes começou a expandir seus cursos para outros municípios, sendo um deles o município de Pirapora, que foi agraciado com os cursos de Licenciatura em Geografia e Pedagogia, posteriormente também o curso Normal Superior (Projeto Veredas de 2001 a 2005), ofertando também as especializações Meio ambiente 3003-2004 (Departamento de Geociências), Redes Sociais Solidárias 2005-2006 (Departamento de Ciências Sociais) e em Docência do Ensino Superior (Departamento de Pedagogia) e o Projeto Pró-licenciatura em Artes Visuais 2008-2012 (Departamento de Artes).

Salienta-se que o referido curso foi implantado em Pirapora no ano de 1996, funcionando primeiramente na Escola Estadual Professora Argelce Mota, onde funcionou de 1996 até 2000, sendo então transferido para o Colégio São João Batista onde ficou de 2000 até 2003, e em 26 de abril de 2004 foi inaugurada sua nova sede, viabilizada a partir da cessão por regime de comodato pela CODEVASF. O Campus foi credenciado através do Decreto s/nº de 09 de dezembro de 2004, publicado no IOF MG de 10/12/04. Da mesma forma houve a Renovação de Reconhecimento do Curso de Geografia/Campus Pirapora: Decreto Estadual s/nº de 09/12/2004 D.O. MG de 10/12/2004. Apesar da falta de estrutura física, havia um empenho muito grande por parte dos professores e alunos, fazendo com que o curso avançasse e conseguisse uma qualidade muito boa, o que ficou comprovado quando o curso de Geografia do Campus Pirapora obteve o conceito 4 na avaliação do CEE em 2007, situando-o entre os 10 melhores colocados em Minas Gerais. Tal façanha se repetiu quando da nova Renovação de Reconhecimento do Curso, que aconteceu pelo Decreto Estadual s/nº de 05/10/2011 – D.O. MG de 06/10/2011.

⁵ Desde o segundo semestre de 2018 ofertado no Campus Montes Claros o Curso de Geografia – Bacharelado.

Durantes estes mais de 20 anos de funcionamento, o Campus da Unimontes em Pirapora teve seis coordenadores até o ano de 2019, sendo eles: O Prof. Ivo das Chagas⁵ de 1996 até 2000; Profa. Andrea Maria Narciso Rocha de Paula de 2000 a 2004; o Prof. Huagner Cardoso da Silva de 2004 a 2005; a Profa. Rosalva de Freitas Oliveira de 2005 a 2015; a Profa. Guiomar Damásio Silva Reis de 2015 a 2017; a Profa Vaneusa Soares Eulálio 2017 a 2018; e novamente a Profa Guiomar Damásio Silva Reis 2018 – atual.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Carneiro (1993, p.122) enfatiza que:

O potencial de contribuição da Geografia à educação escolar decorre da sua própria natureza, como ciência que trata dos elementos naturais e humanos em sua configuração espacial, em vista de uma explicitação relacional-interativa da construção do mundo pelo homem. Assim, a Geografia busca apreender os eventos humanos em sua dinâmica espacialidade: onde ocorrem, como ocorrem e por que ocorrem, na concretude de lugar e mundo.

Diante dessa constatação, salienta-se que o curso de licenciatura em Geografia no Campus Pirapora, possuiu uma trajetória singular, conforme pode-se verificar analisando os dados entre os anos de 1996 a 2015, quando pode-se observar uma produção acadêmica considerável com o desenvolvimento de projetos de pesquisa e publicação de trabalhos, além da realização de trabalhos multidisciplinares e interdisciplinares, oportunizando aos alunos uma vida acadêmica com ricas experiências, favorecendo o desenvolvimento científico e profissional dos mesmos, tendo em vista os projetos e atividades de extensão como a Semana do Geógrafo Povos do Cerrado, a Semana da Educação, a Calourada Solidária e os Trabalhos de Campo.

Nota-se que as turmas de Geografia possuem a presença feminina significativamente maior, ou seja, da ordem de 61%, isso se deve, provavelmente, à expansão dos programas educacionais no país, que proporcionou maior acesso ao ensino superior, tanto quanto ao fato do avanço da sociedade brasileira em si, em que a mulher investe cada vez mais em sua vida profissional em busca de qualificação e estabilidade financeira.

A força da mulher está presente nas universidades brasileiras. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de mulheres que ingressam no ensino superior supera o de homens. O percentual médio de ingresso de alunas até 2013 foi de 55% do total em cursos de graduação presenciais. Se o recorte for feito para os concluintes, o índice sobe para 60%. (SALOMÃO, 2015)

Outro ponto observado no decorrer da pesquisa, foi que o número de alunos

⁵ Prof. Ivo: sobre esse grande profissional, indica-se um trabalho sobre a sua brilhante trajetória. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16959/9352>>. Acesso em: 04 de março de 2018.

a se graduarem, foi bem abaixo do número de matriculados nos períodos iniciais. O gráfico a seguir, demonstra o número de graduados, e quando comparados com outras informações coletadas evidencia-se uma evasão significativa.

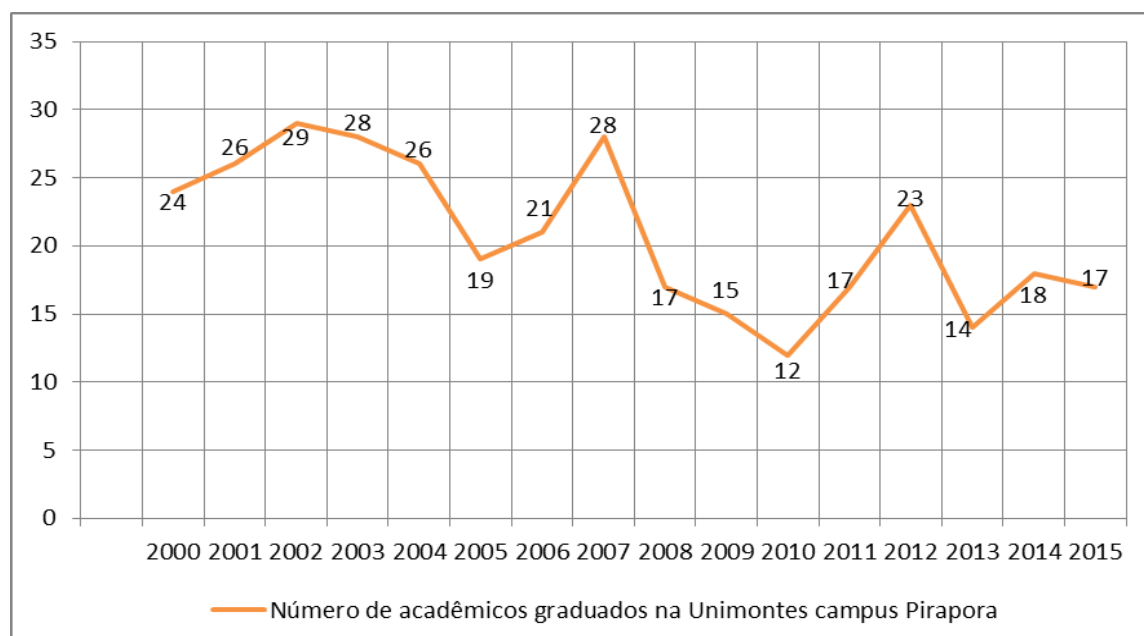


Gráfico 1: Quantidade de acadêmicos que graduaram na Unimontes

Org.: Os autores, 2017.

Essa é uma ocorrência conhecida como evasão escolar, cujo problema é detectado em diferentes instituições e modalidades de Ensino⁶.

O Curso de Geografia em Pirapora, além da evasão, sofre de outro grave problema, a diminuição na procura pelo curso. Durante a pesquisa, constatou-se que o número de matriculados por turma foi diminuindo gradativamente desde a instalação do curso em 1996. No caso específico do Campus Pirapora, um fator que agravou a baixa procura pelos cursos de licenciatura ofertados, principalmente o de Geografia, foi a abertura do Campus do IFNMG/Campus Pirapora, com os cursos de Administração, Engenharia Civil e Sistema de Informação, além de uma gama de cursos técnicos prissionalizantes, cursos também públicos, que aos olhos dos jovens, principalmente os mais carentes, são mais atraentes. Além dos cursos públicos ofertados pelo IFNMG, na mesma época, começou a ser ofertado pela FAC FUNAM vários cursos técnicos e de graduação, entre eles o curso de Direito, que apesar de pago, atrai um público grande. Por fim, houve também um “boom” muito grande na oferta de cursos virtuais na modalidade EAD ofertados pela UNIPAC e UNIP, também presentes em Pirapora.

⁶ A evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (FILHO et al., 2007, p. 642)

Este é um desafio para os cursos de licenciatura que visam a formação de professores, em diálogo com o possível caminho e/ou descaminho do desenvolvimento regional e o papel da Unimontes na região.

Nesse sentido, cabe salientar os benefícios advindos da instalação do Campus Unimontes Pirapora, numa época em que não havia oferta de cursos superiores públicos ou privados no município, e os jovens tinham de se deslocar para Montes Claros para estudar ou mudar para outros centros mais desenvolvidos. Os jovens carencistas não tinham opção de estudo, e não davam prosseguimento nos estudos, parando no ensino médio. Por isso, havia uma demanda muito grande por professores na rede municipal e estadual de professores habilitados, para trabalhar em sala de aula. Ao longo destes anos o Campus Pirapora ofertou à região de Pirapora, Buritizeiro, Varze da Palma e adjacências, profissionais não só habilitados, mas também altamente preparados e competentes para o exercício de suas atribuições docentes. Através de entrevistas com egressos do curso de Geografia, que agora atuam na área da Educação Básica, foi relatado as condições precárias em que se deu a formação profissional dos mesmos, e as dificuldades de infraestrutura das sedes onde o campus se instalou. Isto evidencia, a falta de investimentos diretos da Unimontes em seus campi, bem como a adequação definitiva dos convênios com o município e o estado, para a utilização e ocupação da área do campus de Pirapora.

Por fim, espera-se que a breve historiografia do campus e do curso de Geografia, a partir de uma contribuição histórica e geográfica para a memória do curso de Geografia e do Campus Pirapora, possam despertar novas análises sobre a relevância regional do Campus para o Norte de Minas Gerais, pois os egressos do curso são oriundos de vários municípios da região, tais como Pirapora, Buritizeiro, Várzea da Palma, Lassance entre outros, o que conseqüentemente beneficia todos estes municípios, com a melhora na formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Importância educacional da geografia. **Educ. rev.** n°. 9 Curitiba Jan./Dec. 1993.

FILHO, Roberto L. Lobo e Silva; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz C. MELO. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set. /dez. 2007.

FONSECA, Gildete Soares. **Migrações da mesoregião Norte de Minas/MG: análises de Censo Demográfico de 2010**. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Belo Horizonte, 2015.

LOPES, André Luiz Santos; GUSMÃO, Gisele de Cássia. A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E DESIGUALDADE NA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS. In: **XV Seminário sobre a Economia Mineira - 30 anos Diamantina**, 2012. p. 1-23.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JARDIM, Alex F. Correia; BARBOSA, Carla Cristina; BATISTA, Dimas José; ANTUNES, Fábio Vieira. A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. In: CALEIRO, Regina C; PEREIRA, Laurindo M. (Org.). **UNIMONTES: 40 anos de História**. 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2002.

MAIA, Cláudia de Jesus; CORDEIRO, Filomena L. As faculdades da FUNM. In: CALEIRO, Regina C; PEREIRA, Laurindo M. (Org.). **UNIMONTES: 40 anos de História**. 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia/Uberlândia, 2007.

SALOMÃO, Ana. **Maioria é feminina em ingresso e conclusão nas universidades**. MEC, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21140-maioria-e-feminina-em-ingresso-e-conclusao-nas-universidades>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SOBRE O ORGANIZADOR:

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia pela USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), *Questões que norteiam a Geografia* (2019), *Espaço agrário em questão* (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accessibility 20, 21, 33

Acessibilidade 11, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 79

Alarme 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69

Assistência humanitária 34, 39, 41, 45, 46

Atividade comercial 1, 5

B

Batalhão de Ajuda Humanitária 34, 37

C

Corpo de bombeiros militar 34, 36, 37, 39, 46

D

Desenvolvimento regional 83, 97

Desocupação 54, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70

E

Ensino de geografia 71, 83, 99

F

Feira de Santana (BA) 18

G

Gestão de riscos e desastres 47

Gestão municipal 31, 47, 68

H

Humanitarian aid battalion 35

Humanitarian assistance 35

Humanitarian logistics 35, 39

L

Logística humanitária 34, 38, 39, 40, 41, 45, 46

M

Metodologias ativas 71, 73, 74, 75, 77, 80, 81

Military fire brigade 35

O

Old people 20, 21

P

Proteção e defesa civil 34, 36, 38, 39, 47, 48, 49, 50, 53

Protection and Civil Defense 35, 48

S

Senhor do Bonfim 20, 21, 26, 31, 32

Simulado 55, 64, 65, 66, 67, 70

Sirenes 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69

Sistema 4, 6, 23, 24, 25, 32, 48, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 96, 99

T

Teorias de aprendizagem 71, 77

U

Universidade pública 83

V

Velhos 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32

 **Atena**
Editora

2 0 2 0